

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – ESTADO DO PARANÁ

Ao Pregoeiro

E à Comissão Permanente de Licitações

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2020

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

Ilustríssimo Pregoeiro e Comissão Permanente de Licitações do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, a requerente AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP, Pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 05.919.156/0001-94, com sede na Avenida do Comercio, na cidade de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Renata Raquel Ahlf dos Santos, brasileira, casada, empresaria, portadora da Cédula de Identidade nº 4.256.445, com CPF nº 005.351.199-92, residente e domiciliada na cidade de Chapecó, SC, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria na forma da legislação vigente, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão proferida pelo Pregoeiro, que julgou como HABILITADA a empresa FG DE OLIVEIRA LTDA no presente certame, rogando, desde já, pela inabilitação da referida empresa, devendo este recurso ser encaminhado e analisado pelo setor competente.

De Planalto Alegre/SC, para Dois Vizinhos/PR, 27 de outubro de 2020.

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP

RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão proferida por esse respeitável Pregoeiro e Comissão de Licitação que aceitou a proposta da empresa Recorrida, mesmo esta estando ilegível, conforme se comprova pelo documento anexo,

A Recorrente pede desde já que o presente recurso seja dirigido à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso V. Exa., não se convença das razões abaixo formuladas e proceda com a reforma da decisão ora atacada, decidindo, por consequência, pela inabilitação da empresa mencionada.

#### I- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A comissão de licitação estabeleceu no Edital supra – item 8, a regras a serem seguidas no certame.

8.4 Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

Todavia, a empresa que foi classificada nas propostas – FG DE OLIVEIRA LTDA – não apresentou proposta de forma clara, exigida no edital.

It Nome do produto/serviço Qtd UN Marca Vlr Unit Vlr Total

1 ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% 01 It 5.000 un ORIGINA L R\$ 6,00 #####

2 ALCOOL GEL 70% Características mínimas: gel

Antisséptico a base de álcool etílico glicerinado 70%, com agentes umectantes e emolientes. Dermatologicamente testado. Embalagem com 1000ml 3.000 UN ORIGINA L #####

TOTAL R\$ 79.920,00

O respeitável julgamento do presente recurso recai neste momento para sua responsabilidade, onde a empresa Recorrente confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa e que cumpra os requisitos necessários para esta digníssima administração, onde a todo o momento iremos demonstrar nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

#### II- DO CABIMENTO DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, visto que a data se encerra em 29/10/2020.

#### III - DO MÉRITO

Inicialmente, é importante conceituar o procedimento licitatório, de acordo com a doutrina. Como o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela administração que atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. É o meio técnico- legal de verificação das melhores condições para a execução de obras e serviços, compra de materiais e alienação de bens públicos.

A Administração pública é norteadora por princípios que transcendem os limites das normas e que estão positivados na Constituição Federal de 1988, em seu art. 37.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

Tais princípios são normas ideológicas, os princípios constitucionais são conjuntos de normas de ideologia da Constituição, que norteiam seus postulados básicos seus meios e seus afins. A Administração Pública deve se pautar nessas proposições básicas, fundamentais, pois elas são o alicerce da ciência do direito.

Outrossim, a empresa que fora declarada habilitada estava em desacordo com Edital, não sendo possível haver essa diferenciação entre empresas participantes do mesmo processo licitatório.

Se o edital estabelece que a proposta deve ser clara, sem omissões, a proposta apresentada pela empresa Recorrida não preenche o Edital, eis que não constam os valores detalhados nos itens.

Agindo da forma como foi feito, aceitando proposta em desacordo, é ir de encontro ao disposto no próprio edital. Inaceitável.

O processo é formal, até por ser composto por uma sequência de atos administrativos, formais na sua essência. Mas, os princípios precisam ser examinados de forma harmônica, uma, tendo como objetivo final a supremacia do interesse público, ainda que, para isso, seja preciso colocar ao lado, em determinados momentos, o mero formalismo.

Desta forma, se a empresa FG DE OLIVEIRA LTDA não apresentou a proposta no formato exigido em Edital, devendo ser declarada INABILITADA.

#### IV - DO PEDIDO

Assim requer que o presente Recurso Administrativo da Recorrente, seja julgado PROCEDENTE, modificando a decisão do pregoeiro para declarar inabilitada a empresa FG DE OLIVEIRA LTDA, por apresentar proposta em desacordo com o exigido no edital;

A Recorrente informa ainda que visualiza claramente com toda a convicção e certeza que neste Processo Administrativo o seu direito líquido e certo, somados o periculum in mora, o qual caso está impugnação não seja acatada e deferida, buscará judicialmente os seus direitos junto ao Poder Judiciário.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

De Planalto Alegre/SC para Dois Vizinhos/PR, 27 de outubro de 2020.

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP

**Fechar**